TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 231677
PORTARIA: 25.208

Objetivo: Para participar de reunião com a diretoria da ATRICON e membros da comissão científica do evento e ainda do 4º CONINTER.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

RIO DE JANEIRO/RJ - Brasil<br

Servidor(es):

0100212/DIONE CELIA GUIMARÃES (ASSISTENTE DE DIREÇÃO

) / 4.5 diárias (Completa) / de 15/05/2011 a 22/05/2011

0100828/LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (CONSELHEIRO) / 3.5

diárias (Completa) / de 15/05/2011 a 18/05/2011<br

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 231730

Modalidade: Pregão Eletrônico

Número: 1/2011

Objeto: Aquisição de material de Construção e material Elétrico
Entrega do Edital: Os interessados podem receber o respectivo Edital e seus Anexos, Com a Comissão de Licitação, gratuitamente, através de meio digital, com a apresentação da mídia. Em cópias, as expensas dos interessados, nos dias úteis, das 09:00 às 13:00 horas ou através da internet no site: <http://www.tce.pa.gov.br>

Observação: Informações sobre a presente Licitação, serão prestadas pelo Pregoeiro ou pela equipe de Apoio, até o primeiro dia útil que anteceda a data fixada para abertura da Sessão Pública do presente Pregão, no horário de 09:00 às 13:00 horas, ou através do telefone (91) 3210-0614.

Responsável pelo certame: José Adail Vieira Filho

Local de Abertura: Sala da Comissão Permanente de Licitação

Data da Abertura: 25/05/2011

Hora da Abertura: 09:00

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
01122012545340000	339030	0101000000	Estadual

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

SESSÃO DE 27.04.2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 231818

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 27 de abril de 2011 as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 48.986

Processo nº. 2001/50388-5

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 251/2000, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. JOSÉ ALBERTO DE SOUSA BRANCO – Prefeito à época

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "b", c/c os arts. 41 e 73 da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. JOSÉ ALBERTO DE SOUSA BRANCO (CPF: 075.597.043-87), então Prefeito do Município de Conceição do Araguaia, relativa ao Convênio nº. 251/2000-SEPLAN, condenando-o a devolver aos cofres públicos estaduais a quantia de R\$8.109,40 (oito mil, cento e nove reais e quarenta centavos), atualizada a partir de 31/07/2000 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar-lhe a multa de R\$819,00 (oitocentos e dezenove reais), em razão do débito apurado, que deverá ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os artigos 2º, IV e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e multa imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.987
PROCESSO Nº. 2002/50623-3

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 023/2001, firmado entre o Município de Santana do Araguaia e a SETRAN.

Responsável: Sr. WAGNER PEREIRA DA SILVA – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, IV, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, o que segue:

I- Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. Wagner Pereira da Silva, então prefeito do Município de Santana do Araguaia, referente ao Convênio nº. 023/2001 firmado com a SETRAN, na importância de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), e dar-lhe plena quitação;

II- Aplicar ao Sr. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO, então Secretário Executivo de Transportes, CPF nº. 013.211.292-20, a multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pelo não atendimento à diligência processual, que deverá ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os arts. 2º, inciso IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.988
PROCESSO Nº. 2002/51106-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 226/2000 e Termo Aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA e a SESPA.

Responsável: Sr. WAGNER PEREIRA DA SILVA – Prefeito à época

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "b" c/c os arts. 41 e 73 da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. WAGNER PEREIRA DA SILVA, então Prefeito Municipal de Santana do Araguaia, CPF nº 316.658.617-20, condenando-o a devolver a importância de R\$11.702,20 (onze mil, setecentos e dois reais e vinte centavos), devidamente, atualizada a partir de 01/08/2001 e acrescida de juros até a data do efetivo recolhimento;

II - Aplicar-lhe a multa de R\$5.851,11 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e onze centavos) pelo dano causado ao erário estadual, que deverá ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os artigos 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008;

III - Encaminhar cópia integral do processo à Secretaria de Estado da Fazenda e à Receita Federal para fins de apreciação de possíveis fraudes e sonegações fiscais por parte da Empresa ATLAS FRIGORÍFICO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.442.850/003-25, com endereço à Avenida Núncio Maizone, S/N, Quadra "A", Centro, Santana do Araguaia, Estado do Pará, bem como se proceda à análise dos CPFs indicados nos recibos apresentados nos autos da presente prestação de contas.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.989
PROCESSO Nº. 2002/51734-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 150/2001, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL e a SEPLAN.

Responsável: Sr. PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN – Prefeito à época

Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas

do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, c/c os arts. 41, 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN (CPF: 001.140.572-49), então Prefeito do Município de Castanhal, relativa ao Convênio nº. 150/2001 firmado com a SEPLAN, condenando-o a devolver aos cofres públicos estaduais a importância de R\$789.034,00 (setecentos e oitenta e nove mil e trinta e quatro reais), atualizada a partir de 14/08/2001 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar-lhe a multa de R\$7.890,00 (sete mil e oitocentos e noventa reais), em razão do débito apurado, que deverá ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c com os arts. 2º, inciso IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e da multa imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.990
PROCESSO Nº. 2002/52015-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 393/2001, firmado entre a ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE ICOARACI e a SAGRI.

Responsável: Sr. JOSÉ MARCOS DOS SANTOS - Presidente
Relator: Conselheiro-Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alíneas "a" e "b", c/c os arts. 41 e 73, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. JOSÉ MARCOS DOS SANTOS, presidente da Associação dos Pescadores Artesanais de Icoaraci, CPF nº. 088.494.553-72, condenando-o a devolver aos cofres públicos estaduais a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizada a partir de 26/12/2001 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar-lhe a multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais), pelo dano causado ao erário estadual, que deverá ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008;

III- Encaminhar cópia integral do processo à Secretaria da Receita Federal e à Secretaria de Estado da Fazenda para apuração de possível fraude e sonegação fiscal por parte da empresa, cuja razão social é I. Francisca Amaral, nome de fantasia Star Fox, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.724.337/0001-04;

IV - Encaminhar cópia integral do processo para o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará - CREA para analisar a situação da empresa referenciada e tomar as providências cabíveis.

Os valores decorrentes do débito e da multa deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 48.991
PROCESSO Nº. 2002/51281-5

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 396/2000, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. EDÍLSON DIAS BOTELHO – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Corregedor Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b", e "c", c/c os arts. 41, 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. EDÍLSON DIAS BOTELHO (CPF: 028.506.992-68), então Prefeito Municipal de Itaituba, relativa ao Convênio nº.